



## CÂMARA MUNICIPAL DE ATIBAIA CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2015

Em decorrência de determinação judicial, publicam-se neste Edital Complementar as provas dissertativas/peça ou parecer jurídico (2ª fase) dos candidatos ao cargo de ADVOGADO.

Publica-se, igualmente, a relação de questões que foram contestadas por meio de mandados de segurança impetrados (Processos 1003045-89.2016.8.26.0048, 1001543-18.2016.8.26.0048, 1002729-76.2016.8.26.0048) com as respectivas respostas da Banca Examinadora.

A interposição de recurso referente ao conteúdo deste Edital deverá se dar nos dias 17 e 18 de outubro de 2016.

### PROVAS DISSERTATIVAS/PEÇA OU PARECER JURÍDICO

Inscrição: [000271](#)

Inscrição: [000468](#)

Inscrição: [000504](#)

Inscrição: [000612](#)

Inscrição: [000708](#)

Inscrição: [000789](#)

Inscrição: [000881](#)

Inscrição: [001245](#)

Inscrição: [001332](#)

Inscrição: [001408](#)

Inscrição: [001739](#)

Inscrição: [001850](#)

Inscrição: [001930](#)

Inscrição: [002039](#)

Inscrição: [002076](#)

Inscrição: [002169](#)

Inscrição: [002642](#)

Inscrição: [003166](#)

Inscrição: [003192](#)

Inscrição: [003260](#)

Inscrição: [003279](#)

Inscrição: [003382](#)

Inscrição: [003399](#)

Inscrição: [003921](#)

Inscrição: [004059](#)

Inscrição: [004119](#)

Inscrição: [004209](#)

Inscrição: [004368](#)

Inscrição: [004510](#)

Inscrição: [004583](#)

Inscrição: [004794](#)

Inscrição: [004831](#)

Inscrição: [005013](#)

Inscrição: [005088](#)

**RESPOSTA DA BANCA EXAMINADORA ÀS QUESTÕES CONTESTADAS  
POR MEIO DE MANDADO DE SEGURANÇA**

**Questão 4.**

4. Classifique as normas constitucionais abaixo considerando a eficácia e aplicabilidade à luz do pronunciamento do Supremo Tribunal Federal em sua jurisprudência:
- I- Norma de eficácia plena e aplicabilidade imediata.
  - II- Norma de eficácia limitada.
  - III- Norma de eficácia contida e aplicabilidade imediata.
- ( ) Constituição Federal /88: artigo 5º, inciso XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- ( ) Constituição Federal /88: artigo 37, inciso VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica. (dos servidores públicos) .
- ( ) Constituição Federal /88: artigo 34, § 2º - Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, § 2º DA Constituição Federal.

Assinale a sequência correta.

- A) I – II – II.
- B) I – III – II.
- C) I – II – I.**
- D) I – III – III.

Comentários:

**QUESTÃO ANULADA**

Esta questão não contém resposta correta, pois deveria haver uma alternativa com a seguinte sequência: II, II e I.

**Questão 11.**

11. Nos termos da LINDB, será executada no Brasil a sentença proferida no estrangeiro, que reúna os seguintes requisitos:
- A) haver sido proferida por juiz competente; terem sido os partes citadas ou haver-se legalmente verificado à revelia; ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida; estar traduzida por intérprete autorizado; ter sido homologada pelo Superior Tribunal de Justiça.
  - B) haver sido proferida por juiz competente; terem sido os partes citadas ou haver-se legalmente verificado à revelia; ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida; estar traduzida por intérprete autorizado; ter sido homologada pelo Supremo Tribunal Federal.**
  - C) haver sido proferida por juiz competente; terem sido os partes citadas ou haver-se verificado à revelia; ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida; estar traduzida por intérprete autorizado; ter sido homologada pelo Tribunal de Justiça.
  - D) haver sido proferida por juiz competente; terem sido os partes citadas ou haver-se legalmente verificado à revelia; ter passado em julgado ainda que não observadas todas as formalidades exigidas ou necessárias para a execução no lugar em que foi proferida; estar traduzida por intérprete autorizado; ter sido homologada pelo Supremo Tribunal Federal.

Comentários:

**QUESTÃO ANULADA**

Considerando que a questão menciona a expressão “Nos termos da LINDB”, não haveria resposta correta, porque a Constituição Federal alterou o Tribunal responsável pelo Juízo de Delibação.

**Questão 12.**

12. A vigência da legislação nacional nos termos da LINDB deve observar o que segue:

- A) salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.
- B) toda e qualquer lei, mesmo que destinada à vigência temporária, terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
- C) salvo disposição em contrário, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- D) a lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.**

Comentários:

QUESTÃO ANULADA

Esta questão não apresenta resposta correta.

**Questão 13.**

13. Nos termos da lei 8.078/90, são considerados direitos básicos conferidos ao consumidor e entre eles:

- I- a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos.
- II- a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços.
- III- o acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção Jurídica, administrativa e técnica aos necessitados.
- IV- a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.

Está correto o que se afirma em:

- A) III e IV, apenas.
- B) I e IV, apenas.
- C) I, II, III e IV.**
- D) I, II, III, apenas.

Comentários:

QUESTÃO ANULADA

Esta questão não apresenta resposta correta.

#### Questão 14.

14. Leia as afirmativas abaixo.

O juiz deverá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando:

- I- em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social.
- II- quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.
- III- quando, em detrimento do consumidor, houver encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por boa ou má administração.
- IV- sempre que a personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.

Está incorreto o que se afirma em:

- A) I, II, III e IV.
- B) II e IV, apenas.
- C) I e IV, apenas.
- D) I, II, III, apenas.

Comentários:

QUESTÃO ANULADA

O problema reside no verbo utilizado na afirmativa: “O juiz DEVERÁ” (obrigação), quando a lei (art. 28 do CDC) menciona que “o juiz PODERÁ” (faculdade); e isso muda a interpretação da regra.

#### Questão 30.

30. Observe as afirmações abaixo e assinale a resposta correta sobre a aplicação do princípio do contraditório e da ampla defesa no direito processual civil:

- A) **só em casos excepcionais, expressamente autorizados por lei, determinará o juiz medidas cautelares sem a audiência das partes.**
- B) é lícito ao juiz conceder liminarmente ou após justificção prévia a medida cautelar, sem ouvir o réu, quando verificar que este, sendo citado, poderá torná-la ineficaz; caso em que poderá determinar que o requerente preste caução real ou fidejussória de ressarcir os danos que o requerido possa vir a sofrer.
- C) quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada.
- D) o juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; ou fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.

Comentários:

QUESTÃO ANULADA

A questão deveria ter sido respondida à luz do Código de Processo Civil de 1973. Não há possibilidade de resposta porque todas as alternativas atendem ao enunciado, ou seja, todas são corretas nos termos dos artigos 797, 804, 285-A e 273, respectivamente.

### Questão 31.

31. Assinale a alternativa correta.

- A) a certeza do direito, a irreparabilidade do direito postulado e a possibilidade de perecimento do direito pela morosidade do processo justificam que o representante do Poder Judiciário inobserve o princípio do contraditório e da ampla defesa.
- B) O princípio do contraditório é inerente ao direito de defesa. Garantia constitucional prevista no art. 5º, LV, da CF/88 é aplicável aos processos judiciais e administrativos e inadmite exceções.**
- C) a emenda constitucional 45/04 alterou a CF/88 inserindo o inciso LXXVIII, no artigo 5º, dispondo que “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.” e por uma questão de direito intertemporal, o princípio da celeridade passou a ter prevalência sobre o princípio do contraditório e da ampla defesa no direito processual civil.
- D) O princípio do contraditório é inerente ao direito de defesa. Garantia constitucional prevista no art. 5º, LV da CF/88 é aplicável aos processos judiciais e administrativos e admite exceções.

Comentários:

#### QUESTÃO ANULADA

A questão pede a resposta correta, quando deveria pedir a resposta incorreta; assim, o gabarito correto seria a alternativa “c”, que veicularia o princípio da demanda.

### Questão 32.

32. O Direito Administrativo é informado pelos princípios gerais que seguem:

- A) da subsidiariedade, da presunção de validade, da indisponibilidade do interesse público, do devido processo legal, da motivação, do contraditório e da descentralização.
- B) da legalidade, da legitimidade, da igualdade, da publicidade, da realidade, da responsabilidade, da responsividade, da sindicabilidade, da sancionabilidade e da ponderação.
- C) finalidade, impessoalidade, moralidade administrativa, discricionariedade, consensualidade, razoabilidade, proporcionalidade, excludibilidade, continuidade, especialidade; também o hierárquico, o monocrático, o colegiado, o disciplinar, o da eficiência, o da economicidade e o da autotutela.**
- D) o da segurança jurídica, o republicano, o democrático, o da cidadania, o da dignidade da pessoa humana e o da participação.

Comentários:

#### QUESTÃO MANTIDA

A questão não se limita aos princípios constitucionais do Direito Administrativo previstos no art. 37 da Constituição Federal (Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência). Deveriam ter sido considerados, também, outros princípios acolhidos pela doutrina clássica, a exemplo do professor Diógenes Gasparini.

### Questão 39.

39. Assinale abaixo a alternativa que se insere no rol de atos de improbidade administrativa e que causam prejuízo ao erário público, nos termos da Lei 8.429/92 (que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências).
- A) Liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular.
  - B) Utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, (administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei), bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades.**
  - C) Celebrar parcerias da administração pública com entidades privadas sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
  - D) Facilitar ou concorrer, por qualquer forma, para a incorporação, ao patrimônio particular de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores públicos transferidos pela administração pública a entidades privadas mediante celebração de parcerias, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.

Comentários:

#### QUESTÃO ANULADA

O problema reside na utilização de verbos, que indicam ações, nos termos da lei de improbidade administrativa. A alternativa tida como correta indica que “UTILIZAR” seria a conduta que permitiria o enquadramento legal. Entretanto, a lei menciona “PERMITIR QUE SE UTILIZE”, o que não é exatamente a mesma coisa.

### Questão 44.

44. São princípios constitucionais de Direito Tributário:
- I- legalidade, anterioridade, irretroatividade, igualdade ou isonomia tributária.
  - II- liberdade de tráfego, uniformidade geográfica, capacidade contributiva e vinculabilidade da tributação.
  - III- transparência dos impostos ou da transparência fiscal, não cumulatividade, seletividade, não diferenciação tributária, tipicidade e imunidade.

É correto o que se afirma em:

- A) I e II, apenas.
- B) III e I, apenas.
- C) I, II e III.**
- D) II e III, apenas.

Comentários:

#### QUESTÃO MANTIDA

A alternativa apontada como correta remete aos itens I, II e III, que são respaldados pelos artigos 145, 150, 152, 153 e 154 da Constituição Federal.

#### QUESTÃO 46.

46.Em relação à Interpretação e Integração da Legislação Tributária Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada:

- A) a analogia; os costumes; os princípios gerais de direito tributário; os princípios gerais de direito público e a equidade.
- B) os princípios gerais de direito público; os princípios gerais de direito tributário; a analogia e os costumes.
- C) a analogia; os princípios gerais de direito tributário; os princípios gerais de direito público e a equidade.**
- D) a analogia; os princípios gerais de direito tributário; os princípios gerais de direito público e a equidade.

Comentários:

QUESTÃO ANULADA

A questão apresenta duas alternativas corretas (C e D).

#### Questão 58.

58.Considerando a legislação vigente é incorreto afirmar que é remuneração:

- A) para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber.
- B) integra o salário não só a importância fixa estipulada, como também as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagens e abonos pagos pelo empregado
- C) além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, a alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações "in natura" que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado. Em caso algum será permitido o pagamento com bebidas alcoólicas ou drogas nocivas.
- D) a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, e capaz de satisfazer, em determinada época e região do País, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.**

Comentários:

QUESTÃO ANULADA

Somente o *caput* do art. 457 poderia se referir à remuneração, no sentido estrito, e, portanto, somente a alternativa "A" completaria a resposta.

As alternativas "B" e "C" responderiam à definição de salário e a alternativa "D" ao salário mínimo. Não há, pois, alternativa correta.

### Questão 67.

67. As penas restritivas de direitos são autônomas e podem incidir sobre:

- I- pecúnia, bens e valores.
  - II- fins de semana e no agir (exigir uma prestação positiva (de fazer)).
  - III- os direitos ( temporariamente) e sobre a liberdade (de ir e vir, temporariamente).
- É correto o que se afirma apenas em:

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) I e III.
- D) I, II e III.

Comentários:

#### QUESTÃO MANTIDA

Pois, segundo o art. 43 do código penal, são penas restritivas: prestação pecuniária, perda de bens e valores, limitação de fim de semana, prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas, interdição temporária de direitos e limitação de fim de semana. Dessa forma, somente as assertivas I e II contemplam a questão, uma vez que a assertiva III menciona restrição de liberdade.

### Questão 68.

68. São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime:

- A) **ter o agente cometido o crime sob coação a que podia resistir, ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima.**
- B) por motivo fútil ou torpe; para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime.
- C) à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação, ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido; com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que podia resultar perigo comum.
- D) contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge.

Comentários:

#### QUESTÃO ANULADA

Esta questão não apresenta resposta correta.

### Questão 76.

76. Assinale a alternativa incorreta, considerando o inquérito policial.

- A) Será iniciado nos crimes de ação pública: I - de ofício; II - mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- B) **O inquérito policial não acompanhará a denúncia ou queixa, ainda que servir de base a uma ou outra, por ser procedimento dispensável.**
- C) Será iniciado nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.
- D) Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.

Comentários:

#### QUESTÃO ANULADA

Como indicado no gabarito, a alternativa "B" está incorreta, diante dos termos do art. 12 do Código de Processo Civil. O que prejudica esta questão é a redação da alternativa "C", por estar truncada. Sua redação deveria ter sido: "Nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado".